

VI Encontro Nacional da Anppas

18 a 21 de setembro de 2012

Belém - PA – Brasil

Estudo de Caso do Bairro Viçoso Jardim em Niterói-RJ

**João Francisco Canto Loguercio (Universidade Federal Fluminense)
Mestre em Engenharia (PPGEM-UFRGS), Cientista Social (UFRGS),
Mestrando em Antropologia (PPGA-UFF)
jfloguer@gmail.com**

**Vanessa Zamboni (Universidade Federal Fluminense)
Cientista Social (UFRGS), Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR-UFRGS)
Doutoranda em Antropologia (PPGA-UFF)
vanezamboni@gmail.com**

Resumo

Em abril de 2010, o bairro Viçoso Jardim, periferia de Niterói/RJ, assistiu a uma tragédia que, infelizmente, compõe um conjunto inumerável de acontecimentos da mesma natureza e que se repetem ano após ano em todo o estado. Tal incidente foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação como o desmoronamento da encosta do “Morro do Bumba”, tendo um saldo de quase cinquenta mortos e muitas famílias desabrigadas. Nosso interesse reside na investigação da variedade de elementos que compõem o ocorrido, pois propiciam múltiplas reflexões, seja sobre as concepções de “natureza” ou sobre a relação homem/natureza que emergem, partindo sempre das interpretações dadas às possíveis causas da tragédia; seja sobre a construção social dos riscos (BECK, 1986), constituída em função dos diferentes valores e interesses dos atores envolvidos; assim como da desigual distribuição de tais riscos, enraizada em questões de classe social, estando diretamente envolvidas na relação que se estabelece entre os moradores da comunidade e o poder público (BOURDIEU, 1997). Procuramos mostrar, também, que o evento é parte de um processo mais amplo, resultado de uma interação homem/natureza de mais longo prazo, assim como apresenta aspectos que o caracterizam como um “híbrido” (LARRÈRE e LARRÈRE, 2000). Tendo como pano de fundo os desafios, ameaças e desequilíbrios impostos pelo advento das sociedades urbano-contemporâneas em um contexto de substantiva desigualdade social. Assim, poderão ser propostas políticas amparadas em bases mais “simétricas” (LATOUR, 1994), que levem em conta o “saber local”, e sejam fundadas numa ética de responsabilidade ambiental, isto é, tendo a relação homem/natureza como central.

Introdução

Diante da proliferação de notícias e informações de frequentes catástrofes ambientais, além do drama das vidas perdidas, ameaças de contaminação de pessoas e de recursos, emerge uma série de questões relacionadas às possíveis causas destas, os riscos, as responsabilidades, e que dizem respeito, sobretudo, à relação entre o homem e natureza.

Nesse contexto, procuramos investigar a relação entre o grupo atingido e seu envolvimento com a questão ambiental, a partir de um evento dramático - o deslizamento de uma encosta ocorrido em sete de abril de 2010, na comunidade de Viçoso Jardim, situada na periferia de Niterói/RJ, tornando-se conhecida como “Morro do Bumba” após o evento. A tragédia teve grande comoção nacional, tanto pelo número de mortos (quase 50 pessoas) quanto pelo de desabrigados, dando assim visibilidade ao local e a seu peculiar histórico de ocupação.

Após tomar conhecimento da tragédia, através dos meios de comunicação, acreditamos que esta suscitava uma série de indagações, especialmente àquelas em torno da questão ambiental e urbana. Tal possibilidade de investigação, além da dramaticidade que envolvia, apresentava-se empiricamente rica. Vale ressaltar que o território do Viçoso Jardim, em especial o local do grande deslizamento, passou por uma série de transformações espaço-temporais.

No interesse em conhecer a região atingida e as pessoas vitimadas (das mais distintas formas), estabelecemos contato com os moradores do bairro através de uma amiga, secretária de uma escola localizada ao lado de onde ocorreu a tragédia.

Este local possui algumas especificidades em relação a seu histórico de ocupação. Tais particularidades foram relatadas por alguns moradores, como segue: inicialmente, o local abrigava uma antiga fazenda de propriedade do Sr. Saraiva, descendente de portugueses; após sua morte, a prefeitura desapropriou as terras por conta de uma dívida contraída pelos herdeiros junto à Prefeitura, devido ao não pagamento de impostos (IPTU); o local passou, então, a ser o depósito de lixo oficial do município de Niterói; por volta de 1986, o depósito foi desativado, devido à saturação, dizem uns, ou por pressão da comunidade, dizem outros; seguiu-se a ocupação e a construção de casas na região, a princípio, por catadores do lixo local e, com o passar dos anos, de maneira geral e indiferenciada; nos anos 1990, a prefeitura passou a urbanizar a área, levando luz, água, iluminação pública, bem como a recolher taxas por tais serviços.

As concepções do homem e da natureza

No intuito de procurar explicações para incidentes de tal magnitude e complexidade, a queda da encosta na comunidade do Viçoso Jardim é exemplar, pois põe a nu o caráter “híbrido” de que são constituídos eventos como esse. Se, por um lado, revela problemas que nos acostumamos a classificar como econômicos e sociais, por outro, expõe uma faceta raramente tida como significativa em tais ocasiões – a relação homem/natureza. Por conta disso, torna-se fundamental

investir em uma análise que considere tal relação como um dos componentes centrais desse problema e que, como procuraremos mostrar, apresenta-se como um “híbrido”. Nesse sentido, os argumentos desenvolvidos pelos Larrère é bastante inspiradora.

Essa discussão, já antiga, debatida tanto no gênesis quanto na Grécia Antiga, em textos políticos principalmente, tomou novos rumos recentemente. A partir das mais variadas perspectivas e matizes, a questão central perpassa as concepções da relação homem e natureza: diz respeito à ruptura ou descontinuidade entre um e outra, por um lado; ao entendimento do homem como apenas parte de um todo maior denominado natureza; e ainda, à posição que aquele ocuparia em relação a esta.

Apresentando de forma bastante sucinta algumas dessas concepções, podemos destacar a visão grega que coloca o homem no centro da natureza, na condição de observador; ou a moderna, na qual há uma separação entre sujeito e objeto, fazendo com que o homem passe a ser visto como exterior à natureza, ocupando uma posição de experimentação e de controle em relação à mesma; contudo, a mais recente, busca reinscrever o homem na natureza, sem posição privilegiada, como “companheiro de viagem das outras espécies” (LARRÈRE, LARRÈRE, 1997:19), afirmando nossa pertença à natureza, sendo assim incluídas também as técnicas de que fazemos uso. É sobre esta última que iremos nos deter, na tentativa de melhor compreendê-la e na esperança de que possa lançar luz sobre as questões que emergem em nossa investigação.

A separação entre natural e artificial (ou cultural) faz parte da concepção tida como moderna, na qual tal distinção (homem/natureza) processa-se por uma instrumentalização desta última. Contudo, recentemente, há visões que consideram a interação entre as duas dimensões, rejeitando a ideia de “pureza”, isto é, de que haja elementos exclusivos de uma ou de outra ordem. Tais concepções defendem, portanto, a existência de “objetos híbridos”, mistos de natureza e de cultura. Exemplo disso seria a própria crise ambiental, objeto híbrido na visão dos Larrère. Outros exemplares seriam o buraco de ozônio, o efeito estufa, bem como as chuvas ácidas, pois são simultaneamente muito naturais (seguem por uma necessidade que nos é exterior e que não dominamos) e muito artificiais (resultado de nossa ação sobre o meio). (Idem, ibidem:14)

Mas quais seriam as concepções sobre a relação entre homem e natureza na visão dos moradores do Viçoso Jardim? Nesse sentido, acreditamos que suas interpretações do evento ou das possíveis causas para este, isto é, em que termos esta relação é concebida, representada e vivenciada, constituem-se elementos privilegiados na tentativa de apreender suas concepções a respeito.

O meio ambiente em questão

Ao considerar que as sociedades existem em interação com a natureza, que fazemos parte dela, incluindo nossas técnicas, da mesma forma que habitamos e dependemos dela, faz-se necessário, como afirmam os Larrère, reconhecer que não a dominamos e que ela tem seus próprios processos. De acordo com os autores:

“Sabemos cada vez mais coisas sobre os processos ecológicos nos quais agimos e nos quais atuam os objetos híbridos da tecnonatureza. Mas a sua complexidade é tal que estamos longe de sobre ela termos um domínio conceitual suficiente para podermos antecipar a sua evolução. (...) É, pois necessário na falta de conhecimentos, apelar para a prudência. Num universo incerto, ou quando se está confrontado com cenários divergentes e indecisos, não é razoável limitar-se a ser racional. Uma ética da prudência é então suscetível de evitar as decisões cujos efeitos perversos (incontroláveis e imprevisos) podem ter consequências nocivas.” (LARRÈRE, LARRÈRE, 1997: 194-195).

Segundo os Larrère (1997), foi por ocasião da Eco 92, no Rio de Janeiro, que houve o reconhecimento oficial da existência de uma crise ambiental em escala mundial, a partir das discussões suscitadas em torno de preocupações comuns. Também foi possível conhecer a variedade de posições e conflitos acerca das concepções de natureza e da relação desta com o homem.

Os autores, então, apresentam alguns pontos de vista que emergiram nesse período, como, por exemplo, a de alguns cientistas que viam como irracional o desejo de limitar as ações do homem sobre a natureza, pois consideravam que essa posição ia contra o progresso e o desenvolvimento econômico e social. Ao passo que outros afirmavam ter sido justamente os desenvolvimentos mais recentes da ciência que possibilitaram essa mudança, ou seja, essa tomada de consciência sobre o estado geral do planeta.

Contudo, nossos autores, embora com concepções diferenciadas, destacam o que há de comum entre elas, isto é, o fato de que “essa tomada de consciência” tem uma dimensão moral, apesar suas distintas formas de entendimento. Por exemplo, na Carta da Natureza apresentada pela ONU, a qual afirmava que “toda forma de vida é única e merece respeito independente do valor que tem para o homem”, admite-se que as nossas relações com a natureza envolvem normas éticas e não dependem apenas de capacidades técnicas. (LARRÈRE, LARRÈRE, 1997:11).

Outras controvérsias são colocadas em termos do que está em crise, isto é, a tese do “fim da natureza”. De acordo com François Ewald, quando o meio ambiente aparece, a natureza desaparece. A natureza já não existiria, pois a terra seria cada vez mais um fabrico nosso, sendo esta a tese de sua “completa inteligibilidade”. Segundo os Larrère, “nós não sabemos tudo e devemos ter isso em conta, e quanto mais sabemos, mais se revelam a complexidade do mundo e a imensidade do que continuamos a ignorar.” (Idem, Ibidem:11). Esta tese também considera que

a natureza está completamente dominada. Porém, para os autores, nossas ações como a agricultura, a industrialização e a urbanização não interrompem os processos naturais, mas provocam sua inflexão. Sendo que, essa artificialização da natureza corresponderia à naturalização dos nossos artifícios.

Os Larrère, então, questionam essa concepção pelo fato de que “inúmeros objetos, produtos e subprodutos, fogem ao nosso controle, isto é, resíduos, efluentes, objetos abandonados que possuem um futuro natural que desconhecemos ou não controlamos”. (Idem, Ibidem: 12). Assim sendo, há uma tecnonatureza, englobando as nossas obras, as que construímos conjuntamente com os processos naturais e as que “nos abandonam e cujo futuro natural escapa à nossa guarda”.

Essa nossa incapacidade de domínio total sobre a natureza, assim como dos produtos do homem pode ser vislumbrada exemplarmente no evento ocorrido no Viçoso Jardim. A construção de um lixão em um local inadequado, sem o devido tratamento, além de mostrar o descaso do poder público em relação à população local evidencia a nossa inabilidade em lidar com tais subprodutos ou rejeitos.

Os riscos e as desigualdades de classe: moradia e localização

A partir desse panorama, isto é, da diversidade de pontos de vista e de interesses, muitas vezes conflitantes, surgem outros aspectos merecedores de reflexão, em especial, as responsabilidades quanto aos possíveis riscos que englobam os processos naturais e as nossas obras e, principalmente, nossos rejeitos. Nesse contexto, há que se ressaltar as diferentes definições de risco em torno dos distintos interesses e valores dos grupos envolvidos, bem como, suas responsabilidades.

Para Beck:

“nas definições de risco (...). Existem sempre pretensões, interesses e pontos de vista concorrentes e conflitivos dos distintos atores da modernização e de grupos afetados, que acabam sendo forçosamente agregados nas definições de risco, no sentido de causa e efeito, autores e prejudicados”. (BECK, 2000:34)

Segundo o autor, assim como a riqueza, os riscos “aderem aos padrões de classe”, mas de maneira inversa, ou seja, a riqueza acumula no topo, o risco na base. Implicando na relativização da democracia do risco, ou seja, os ricos podem comprar segurança e liberdade em relação ao risco.

De acordo com ele:

“(...) as possibilidades e capacidades de lidar com situações de risco de contorná-las ou compensá-las, acabam sendo desigualmente distribuídas entre distintas camadas renda e

educação: quem dispõe de calção financeiro de longo prazo pode tentar contornar os riscos através da escolha do local e da configuração de moradia”. (Idem, Ibidem: 42)

Para Beck, a necessidade imediata de sobrevivência rivaliza com o teor do risco: “o diabo da fome é combatido com o belzebu da potenciação do risco”. De acordo com o autor, as lutas contra a fome e pela autonomia são escudos atrás dos quais os riscos são abafados, e, como consequência, potencializados e disseminados. (Idem, ibidem: 50-51)

Bourdieu (1997) também nos auxilia na compreensão desta questão ao afirmar que a capacidade de dominar o espaço (material ou simbolicamente) de bens raros (públicos ou privados) que se encontram distribuídos, depende do capital - social, capital cultural, capital simbólico e, claro, econômico - que se possui. Segundo ele, o capital permite manter à distância pessoas e coisas indesejáveis, ao mesmo tempo em que aproxima essas pessoas e coisas desejáveis. Dessa forma, pessoas que não possuem capital são mantidas à distância, seja ela física ou simbólica, dos bens socialmente mais raros e condenadas a estar ao lado de pessoas ou de bens mais indesejáveis e menos raros. Assim sendo, a falta de capital prende a um lugar.

O poder público também é visto como um importante agente no processo de transformação da paisagem urbana. A partir disso, é relevante colocar em questão como o Estado opera em relação aos demais agentes e, mais especificamente, como age frente às diferentes classes sociais e as suas demandas, afirma Furtado (2003).

Furtado também considera o Estado como um agente segregador, pois, a partir do provimento de recursos físicos e financeiros em determinado espaço, aumenta o preço do solo podendo, por exemplo, acelerar a expulsão direta ou indireta dos trabalhadores das áreas valorizadas pelos investimentos. Já Bourdieu, destaca que o Estado detém um imenso poder, pois tem a capacidade de alterar o mercado do solo, de moradia, do trabalho e da escola. O Estado, ao definir, ou a não evitar, a instalação de depósitos de lixo, indústrias poluidoras etc., isto é, gerando locais “indesejados”, acaba por desvalorizar as áreas, podendo ser vistas como “ameaça”, passando a fazer parte de uma lógica negativa do afastamento, rejeição e negação, já que riscos são inicialmente bens de rejeição (BECK, 2000:32). Por fim, Beck também contribui no sentido de afirmar que “riscos, assim como riquezas, são objetos de distribuição, constituindo igualmente posições – posições de ameaça ou posições de classe” (Idem, ibidem: 31-32).

A questão da classe social nos é cara, pois, em sociedades em que há diferentes bases de poder e de legitimidade, caracterizadas pela distribuição social e econômica desigual, os grupos de classe popular têm “especificidades” em sua relação com os agentes naturais, especialmente no que compete a sua precariedade social e de moradia. Ou seja, a interação entre agentes naturais e grupos sociais na construção da paisagem, envolvendo a residência em áreas tidas como “de risco”, expressa-se em termos de “ameaça/insegurança”. A relação dessas comunidades com o poder público é também passível de conflitos, visto que se por um lado pode significar “amparo”,

por outro pode representar arbitrariedade e autoritarismo que se desdobram em descaso e negligência, no que tange às responsabilidades investidas a ele.

Nesse sentido, voltamos à ideia central dos Larrère de que a natureza não é uma entidade a ser dominada, mas constituída como uma “tecnonatureza”. Ao se atribuir a propriedade de agência à natureza, muda-se conseqüentemente a compreensão de como eventos catastróficos são engendrados. Busca-se, assim, um posicionamento distante tanto do “sociocentrismo”, visão que pode legitimar atividades que degradem a “cena natural”, quanto do “biocentrismo”, ideia que admite a existência de uma natureza pura, livre da intervenção humana. Então, para a análise de “eventos críticos ou catastróficos”, como é o caso do presente trabalho, essa reflexão é particularmente importante, pois a preocupação conjunta com processos naturais e atividades técnicas que com eles interferem pressupõem:

“(…) o caráter híbrido da catástrofe e, por precaução, situar os homens no meio ambiente que eles produzem”. (LARRÈRE, LARRÈRE, 2000: 193)

Ainda, segundo os autores, para compreender as transformações do estado do mundo induzidas pelas atividades humanas, faz-se necessário dispor de meios para apreender fenômenos com um grande número de variáveis interdependentes, com diferentes escalas de tempo e espaço (Idem, ibidem: 175). Assim, procuramos trazer algumas contribuições quanto ao caráter híbrido do desastre ocorrido naquela comunidade, por ter mobilizado o natural, o cultural, bem como questões socioeconômicas, nas quais ocorrem interações e processos que culminaram no evento. Procurando, dessa forma, aproximações entre os entendimentos dos moradores do bairro Viçoso Jardim sobre as transformações espaço-temporais ocorridas em seus territórios e diálogos com autores que se dedicam a refletir sobre as relações entre natureza e cultura, envolvendo distintas concepções e agências, bem como, reflexões em torno de questões de classe, localização e risco.

Etnografia

Apresentação

Em abril de 2010, na cidade de Porto Alegre, acompanhávamos pelos noticiários os problemas causados pelas chuvas no Estado do Rio de Janeiro. No dia 7 de abril de 2010, comovidos, assistimos pela TV as imagens da tragédia que atingira a região conhecida como Morro do Bumba, na cidade de Niterói.

Precisamente, um ano após a tragédia, realizávamos nossa primeira incursão a campo. Sabíamos, até então, através da ampla cobertura e difusão por parte da mídia, que o desastre ocorrera pelo deslizamento de uma encosta em região que abrigara um antigo lixão da cidade. O desfecho trágico deveu-se à intensa ocupação da área atingida, com um elevado número de vítimas fatais e centenas de famílias desabrigadas.

As causas da tragédia, para nós ainda motivo de especulação, giravam em torno do grande volume de chuvas do período e da fragilidade do solo, por conta de sua destinação no passado.

Logo, foi no intuito de melhor compreender o que ocorrera que iniciamos este empreendimento. Tínhamos como objetivo inicial conhecer as versões locais sobre o evento, isto é, dos moradores da comunidade.

Metodologia

Com vistas a uma abordagem mais plural e simétrica dos processos aqui estudados, além das noções de paisagem e olhares sobre o território, discutidas anteriormente, o conceito de “simetria” de que Latour faz uso (LATOURE, 1994) contribui para tal. Gostaria de reter aqui o sentido que o autor dá à noção, opondo-se à compartimentalização do mundo em três grandes domínios – da natureza, do social e do discurso. Para ele, tal divisão não procede, pois o mundo não respeita tais fronteiras, ou seja, estas “não são nem objetivas, nem sociais, nem efeitos de discurso, sendo ao mesmo tempo reais, e coletivas, e discursivas” (Idem, p.12). Nesse sentido, a analogia que julgo apropriada para o objeto de investigação aqui proposto, diz respeito à tentativa de dar o mesmo tratamento aos grupos em questão, que é dado pelos antropólogos que se dedicam à etnologia, por exemplo, ou seja, um “tecido inteiriço”.

Ainda sobre uma relação mais simétrica entre pesquisador e pesquisado, outra referência é Roy Wagner (WAGNER, 2010). Sua abordagem, diferentemente de Latour, é menos direta, construída por meio de sua noção de “criatividade”. Para ele, brevemente, se temos capacidade de inventar o “outro”, por que não aventar a possibilidade desse outro ter condições/capacidades para inventar-nos? É a partir desse questionamento que o autor funda uma epistemologia. Segundo ele:

“Todo empreendimento antropológico situa-se, portanto, numa encruzilhada: pode escolher entre uma experiência aberta e de criatividade mútua, (...) ou uma imposição de nossas próprias concepções a outros povos. O passo crucial – que é simultaneamente ético e teórico – consiste em permanecer fiel às implicações de nossa presunção da cultura. Se nossa cultura é criativa, então, as ‘culturas’ que estudamos, assim como outros casos desse fenômeno, também têm de sê-lo” (Idem, p.46)

Creio que a reflexão proposta por Wagner, auxilia-nos em uma melhor compreensão dos significados impressos em situações como a que vivemos em campo – ao sermos “inventados” como jornalistas, políticos ou governo pelos moradores do Bumba.

Por outro lado, para um aprofundamento maior das questões envolvidas nas distinções observadas entre os moradores antigos e novos da região em análise, o trabalho de Elias e Scotson (2000) é incontornável. Há vários pontos de interseção entre Wiston Parva e o Viçoso Jardim, a exemplo dos distintos *status* atribuídos aos diferentes tempos de moradia, assim como da estigmatização de um dos grupos. Mostrando que uma análise comparada poderá ser de grande valia.

Nesse mesmo sentido, a reflexão de Beck sobre “risco” (BECK, 2011) apresenta-se como uma ferramenta analítica fundamental para a análise de um contexto como este marcado por profundas desigualdades sociais.

Contextualizando a pesquisa

a) investigação preliminar

O período de pesquisa, compreendido entre abril e dezembro de 2011, teve um caráter mais prospectivo. A base para o que será apresentado a seguir é resultado de um total de cinco incursões a campo, nas quais fizemos uso sistemático de anotações em diários de campo, entrevistas abertas, histórias de vida, além do convívio com os moradores em espaços e eventos sociais. Tais encontros foram exaustivamente registrados em áudio e vídeo.

b) situando a região

O local denominado Morro do Bumba está situado no bairro do Viçoso Jardim, Município de Niterói-RJ, distante 40 minutos do centro da cidade¹, fazendo fronteira com os bairros do Fonseca, Cubango, Caramujo e Itioca. Tal região, situada no interior do maciço costeiro, caracterizada pelo relevo bastante acidentado, é conhecida como “mar de morros”². A população estimada, em 2000 (IBGE), aproximava-se dos 3.000 habitantes. Os moradores do entorno da área atingida, grupo estudado nesses primeiros contatos, pertencem, em sua maioria, à classe popular. Vale lembrar que os moradores vitimados pelo desastre encontram-se, atualmente, dispersos em diferentes localidades, como São Gonçalo e Várzea das Moças, por exemplo. Tal situação, somada a outro aspecto (como se deu nossa inserção nesse universo) tratado adiante, fez com que ficássemos distantes do grupo em questão.

c) diferentes “olhares”

Alguns dias antes de nossa primeira incursão a campo, chegou em nossas mãos um jornal informativo, publicado pelas Secretarias do Ambiente e de Obras do Governo do Estado, intitulado “Informe Ambiental: Morros do Bumba e do Céu”. Em relação ao Morro do Bumba, a publicação trazia: informações sobre as obras de “recuperação” da área atingida; uma breve história da região, procurando situar cronologicamente, da década de 30 até 2010, os principais acontecimentos que contribuíram para os deslizamentos de abril de 2010; e ainda, uma página denominada “Ciência: entendendo melhor o que aconteceu”. Portanto, tínhamos a “versão oficial” da tragédia e suas possíveis causas. No entanto, quais seriam as versões dos moradores a respeito?

¹ Em percurso de ônibus (linha 34 – Largo da Batalha), do terminal João Goulart, ao lado da estação das barcas de Niterói, ao ponto de ônibus situado quase em frente ao local do acidente.

² <http://wikimapia.org>

Catherine e Raphaël Larrère utilizam o conceito de “paisagem” para refletir sobre as transformações do meio ambiente, conjugando, em tal abordagem, tanto a agência dos homens em sociedade quanto a da natureza. Segundo os autores:

“paisagem – no sentido ecológico do termo – é uma estrutura espacial, que resulta da interação entre processos naturais e atividades humanas.” (LARRÈRE e LARRÈRE, 2000, p.223).

Para eles, a paisagem não é um lugar, mas um olhar sobre o meio. Relativizando e multiplicando os pontos de vista sobre a paisagem, propõem três olhares, todos legítimos, mas que não conduzem às mesmas apreciações: olhares formados ou estéticos, dependentes das referências culturais; olhares informados, dependentes de um saber; olhares iniciados ou endógenos, das pessoas que conhecem os lugares, os frequentam e nele desenvolvem os seus usos.

A “versão oficial”, segundo os Larrère, se pensássemos esses distintos pontos de vista propostos pelos autores como os *vértices de um triângulo*, ocuparia a posição dedicada aos “olhares informados” sobre o meio. Logo, nossa tarefa seria tentar apreender “o(s) olhar(es) iniciados”, isto é, dos moradores da região sobre o Morro do Bumba, situando-os em outro vértice desse polígono imaginário.

d) inserção em campo

Tendo como ponto de partida o “Informe” publicado pelo governo estadual, as questões que orientariam, inicialmente, nosso trabalho de campo junto aos habitantes do Morro do Bumba, girariam em torno dos seguintes aspectos: histórias da região; processo de transformação da paisagem que levou à tragédia, em especial, a desapropriação da área destinada ao “lixão”, sua instalação, a posterior desativação e a ocupação da respectiva região para fins de moradia; e causas do desastre. Dessa forma, poderíamos cruzar essas perspectivas “interiores” com as da “versão oficial” e assim ter uma primeira visão, mais panorâmica, daquela paisagem.

O único contato que tínhamos era de uma pessoa que trabalhava em uma escola³ da região, coincidentemente situada ao lado do local do desastre. Por intermédio desta, conhecemos um antigo morador do bairro, “nascido e criado” no Viçoso Jardim, que se tornaria nosso principal contato, presença constante e articulador dos encontros que demandávamos.

e) recortes guardados

Larrère e Larrère, buscando definir melhor os contornos de sua noção de “olhares iniciados ou endógenos”, retomam o pensamento de Pierre Donadieu:

“olhares interiores aos territórios, os dos grupos sociais que os produzem, os utilizam e que na maior parte das vezes os habitam, são constitutivos da sua ligação e da sua memória. (...)”

³ Escola Municipal Sebastiana Gonçalves Pinho (ensino infantil e fundamental até o 5º ano).

Esse olhar tem a ver com relações ao mesmo tempo práticas e sensíveis para com a região. (...). (LARRÈRE e LARRÈRE, 2000, p.223)

Em duas entrevistas que realizamos com moradores antigos da região, deparamo-nos com recortes de jornal veiculados na época do desastre. Tais exemplares podem ser entendidos como lembranças materiais (em oposição a imateriais) da relação estabelecida pelas pessoas com a história do lugar, nesses casos específicos da tragédia. Por outro lado, servem também como ilustração do caráter dinâmico dos olhares sobre a paisagem (2000), promovidos pelos seus entrecruzamentos.

No sentido de resgatar a memória local, como mencionado anteriormente, investimos em questões que trouxessem dimensões relativas ao passado do lugar, tais como, “Como foi a sua infância?”, “Como era a região naquele tempo?”, “Que lembranças tens daquela época?” etc.

Em tais relatos, especialmente dos antigos moradores, foi recorrente a positivação do lugar, com referências aos animais, ao clima mais ameno e, principalmente, às árvores frutíferas e à água. No entanto, ao mesmo tempo, houve menções ao “atraso da região”, um passado sem luz, sem comércio e de difícil acesso à água e mesmo à comida, conforme trechos abaixo selecionados:

“(...) tinha boi, tinha carneiro, muita plantação, muita árvore, muita fruta né?, mangueira..., tipo uma fazenda mesmo”. (Seu Jair, 80 anos, nascido na Fazenda do Saraiva, uma das primeiras habitações do lugar, não tendo nunca saído do bairro).

“E tinha dois lagos, onde tinha rãs, sapos..., a água vinha da terra, brotava ali, lindo, lindo! Água limpa”. (Dona Jaci, com mais de 70 anos, antiga moradora do Bumba, antes da instalação do lixão).

“(...) [tinha que] trazer de balanço nas costas..., meu marido com duas latas e eu com uma”. (Dona Josefa, 81 anos, moradora do bairro desde os 24, com referência à dificuldade de acesso à água).

“Fui lembrar com mais de 10 anos pra frente. Tinha era muita fazenda, muita fruta..., meu tempo tinha muita fruta. (...) Vivia daquilo, não tinha comida. Naquele tempo não tinha comida não. (...) A vida era dura!” (Seu Joaquim, 64 anos, nosso principal contato na região).

Destacam-se, por um lado, referências a um passado de características rurais, idílicas até e, por outro, “atrasado”, com suas dificuldades. Verificam-se, também, nesses contrastes, a transformação dessa paisagem com o processo de urbanização que viria a seguir, vivenciada por esses moradores mais antigos.

Em depoimentos alusivos a personagens “folclóricos”, ou seja, à uma dimensão “sobrenatural”, observa-se claramente essa passagem de um ambiente mais rural para outro mais urbano.

“(...) Trazia três latas d’água na cabeça, pegava água lá no Salesiano, vinha no Morro do Bumba com aquele peso na cabeça e lá embaixo, na mangueira, acendendo aquele cachimbinho. Quando eu passava dava aquele assovio e eu ficava olhando, ‘não sei se eu joga

as latas no chão ou corro? Vou encarar!’ (...) com a vinda do asfalto e, principalmente, da luz elétrica não se viu mais um saci”. (Seu Jadir, 71 anos).

f) urbanização - o “lixão”

O lixão do Bumba foi instalado na década de 1970. Segundo a “versão oficial”, a partir de um de um terreno baldio usado como lixeira do bairro (década de 1960) e que, em decorrência disso, transformou-se “no grande vazadouro de lixo da cidade”. No entanto, as versões apresentadas pelos moradores trazem outros elementos e não fazem referência ao terreno baldio, pelo contrário, afirmam haver moradores na região, inclusive uma “igrejinha” (constantemente mencionada).

Para os Larrère, no entrecruzamento dos olhares sobre a paisagem, em função da compatibilidade ou não dos mesmos, essas distintas iniciativas de legitimação em disputa podem ou não resultar em conflitos.

Através dos relatos dos moradores a respeito desse processo de instalação, manutenção e desativação do lixão, assim como, da ocupação do local e da conseqüente tragédia, temos elementos importantes para uma melhor avaliação dos desdobramentos do mesmo. Nesses depoimentos expressam-se percepções, concepções, usos etc., enfim, discursos e práticas que contribuem na constituição desses territórios, ou paisagens, ou ainda, “naturezas”, se preferirmos.

Destacamos aqui alguns aspectos, dentre os inumeráveis observados, tendo como critério de escolha, principalmente, os conflitos decorrentes dessa transformação imposta à região.

- A desapropriação: segundo os moradores, parte do terreno da antiga Fazenda do Saraiva foi desapropriada devido a uma dívida dos proprietários para com a Prefeitura de Niterói (IPTU). Inclusive tivemos acesso a alguns carnês atrasados.

- A instalação (década de 1970): com a instalação do lixão inicia-se um processo de migração na

- Ah, mas já daí é que vou te falar uma coisa..., pra tapar? Mas, não foi muito não, muita coisa ficou à vista. (Z)

- Mas aí, depois fizeram o aterro? (Entrevistador)

- É, mas foi um aterro em cima de tudo. É, mais aquela terra só entrou ali porque a tendência era aumentar ela [a lixeira], entendeu?, não era pra cobrir ela não, era pra dar mais espaço. (Z)

- Aí o pessoal começou a ocupar? (Entrevistador)

- É, ainda mais onde eles botaram terra, o pessoal começou a botar em cima do lixo mesmo, estrutura nenhuma. (Z)

g) fronteiras

Como vimos até aqui, alguns catadores de lixo, o pessoal que comercializava ferro velho etc., começaram a habitar a região, de maneira lenta e esparsa, quando o “lixão” ainda estava em atividade. Com a sua desativação, em meados de 1980, é que se intensifica o processo de ocupação da área.

Um aspecto que considero central nesse processo de transformação do território do Viçoso Jardim, além, é claro, da implantação do “lixão”, é a massiva migração de pessoas vindas “de fora”, os “estrangeiros”.

Quando os entrevistados começam a falar sobre o processo que se seguiu à desativação do lixão, a ocupação daquele local, surgem (para nós) as primeiras “fronteiras”. Penso que o processo de migração, tanto interno, quanto externo ao território, a partir daí, é o momento em que se originam os conflitos que percebemos entre os moradores da região do Bumba e do seu entorno.

Podemos verificar, em alguns depoimentos, uma estigmatização em relação a esses “novos moradores”, no uso de termos como “aquele pessoal todo”, “umas população”, “marrudos” (brigões); assim como com relação à região por eles ocupada, chamada de “Favela” ou “Favelinha”. Os extratos a seguir são autoexplicativos.

“Os estrangeiros vieram e roubaram tudo. (...) os caras que vêm, se apropriam, vendem pros outros e nós [moradores antigos] não temos nada! (...) Aqui, ninguém consegue fazer um vereador! Bota outro, vota ao contrário!” (Ni)

“A gente mora aqui [Ponte]. Aqui não tem nada a ver com lá não [Bumba], nada a ver”. (RM)

Outro aspecto observado, que indica a existência dessas fronteiras, são as divergências quanto à denominação dos territórios. Percebemos, logo no início de nossa investigação, que não havia consenso em relação à designação dada ao local onde ocorreu a tragédia. A princípio,

universo, verificávamos que as diferentes denominações dadas à região expressavam divisões, *no mínimo*, territoriais.

A região atingida é denominada de “Grotá” ou “Grotinha”⁴, pelos moradores mais antigos, enquanto que Morro do Bumba seria uma outra área, vizinha àquela. No entanto, é bastante comum ouvir Morro do Bumba, ou simplesmente Bumba, como referência ao local do deslizamento. Percebe-se, assim, uma marcada divisão no bairro Viçoso Jardim, ou melhor, nos territórios compreendidos pelo Morro do Bumba e seu entorno.

Tais diferenças emergem, também, a partir dos acontecimentos trágicos e seus desdobramentos, como veremos a seguir.

h) 7 de abril de 2010

Nos depoimentos sobre o dia da tragédia, destacamos novamente aqui aqueles elementos que acreditamos contribuir para a uma constituição mais “simétrica” do evento.

Naquele período marcado por chuvas intensas na região, vários moradores, de áreas no entorno do Bumba, relataram ter tido tanto perdas materiais quanto humanas. Pudemos testemunhar a indignação dessas pessoas em suas demandas para com o poder público, visto que reivindicavam ressarcimentos pelas suas perdas sem o retorno esperado. A natureza dessas expectativas era bastante diversificada, desde “até agora não recebi nada”, ou o atraso com relação ao aluguel social, até a falta de orientação a quem recorrer. Segundo os moradores, não há informações precisas sobre quem ou quantos foram os vitimizados no Morro do Bumba, gerando desconfiança em relação às pessoas que se diziam atingidas. Obviamente, esse sentimento de indignação decorrente da desigualdade de tratamento dispensada pelo Estado aos reconhecidamente vitimados pelo desastre, ainda que não-moradores do Bumba, era expresso de maneira velada, com desconforto, mas era expresso.

Com relação às causas atribuídas ao desastre, há versões bastante diversificadas. De fundo religioso ou místico, destaco duas, “um castigo de Deus” por um aborto realizado e o espírito do antigo proprietário, uma “pessoa ruim”, querendo vingar-se do destino dado às suas terras. Já de caráter físico ou material, são recorrentes as explicações atribuídas ao excesso de chuva que levou a uma explosão causada pelo encapsulamento do gás metano. Outra interpretação é justificada da seguinte forma: “O que aconteceu foi um encapsulamento do gás. Tinha muitos pés de mamona que foram soterrados, que levou ao aumento da pressão e da explosão” (Renata). Por fim, as que destacam o “deslocamento do lixo”.

⁴ Sobre a denominação “Grotá”, defendida pelos moradores mais antigos, há um dado curioso – os significados do termo. Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa: 1) cavidade, na encosta de serra ou de morro, provocada por águas das chuvas, ou, em ribanceira de rio, por águas de enchentes; 2) depressão úmida nas encostas; e 3) vale profundo ou plano inclinado entre duas montanhas.

Ao discorrerem sobre o dia do acidente e de suas possíveis causas, surgem discussões em torno da noção de “risco”, brilhantemente trabalhada por Ulrich Beck (BECK, 2011).

É interessante verificar como as diferentes percepções em torno do evento exprimem diferentes noções de risco. Há relatos que explicitam a informação passada aos moradores do Bumba sobre a condição de risco em que se encontravam, assim como do conhecimento que tinham por sinais que observavam em suas casas. Há também a perplexidade em, mesmo sabendo, não sair: “eles

Próximos passos

Nosso objetivo, a partir do exposto anteriormente, será analisar as transformações da paisagem na região conhecida como Morro do Bumba, durante o período que vai das primeiras ocupações dessas áreas (década de 1930) até os dias atuais, tendo como principal desdobramento a queda da encosta do morro em questão, ocorrida em 7 de abril de 2010.

Para dar conta dos processos envolvidos em tal transformação, pretendemos investigar, junto aos grupos de moradores identificados como “antigos” (ou estabelecidos) e “novos” (ou estrangeiros), os olhares tidos como endógenos ou interiores para com esses territórios, assim como as práticas ou usos que os constituem. Contribuindo, dessa forma, na composição de uma paisagem mais plural e simétrica.

O sentido pretendido aqui com relação às noções de paisagem e olhares interiores é dado pelos Larrère (LARRÈRE e LARRÈRE, 2000). Segundo eles, as transformações da paisagem são constituídas pela conjugação das agências tanto dos homens em sociedade quanto da natureza; ao passo que os olhares em questão dizem respeito às relações práticas e sensíveis que se estabelecem entre as pessoas e os lugares, que estas normalmente habitam, aos quais esses olhares são dirigidos. Considerando, ainda, que tais relações envolvem apropriações do passado por meio da memória.

Também identificamos alguns aspectos como importantes oportunidades de investigação:

- Tendo material suficiente para uma análise satisfatória dos grupos que representam olhares e práticas endógenas, a investigação dos demais olhares e práticas (formadas e informadas) vai ao encontro da abordagem simétrica aqui proposta.
- Avaliar se as disputas em torno da Associação de Moradores são relevantes na constituição dos grupos interiores ao território.
- Por fim, qual seria a face do Estado percebida pelos moradores da região, em se tratando da transformação da paisagem.

Bibliografia

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed 34, 2010 (1986).

BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000 (1965).

FURTADO, Carlos. *Gentrificação e (re)organização urbana no Brasil: o caso de Porto Alegre (1965-1995)*. Tese de Doutorado, IFCH, PPG Sociologia. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

LARRÈRE, Catherine e LARRÈRE, Raphaël. *Do bom uso da natureza. Para uma filosofia do meio ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Editora 34, Rio de Janeiro, 1994.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. Cosac Naify, São Paulo, 2010 (1975).